



PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

# Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 14ª Legislatura

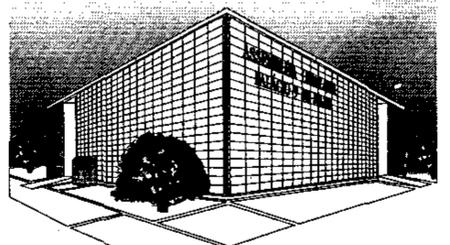
Presidente: Vanderlei Macris

1º Vice-Presidente: Sidney Beraldo  
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto

1º Secretário: Roberto Gouveia  
2º Secretário: Paschoal Thomeu

3º Secretário: Roque Barbieri  
4º Secretário: Eduardo Soltur

PODER  
LEGISLATIVO



PALÁCIO NOVE DE JULHO - Av. Pedro Álvares Cabral, 101  
CEP 04097-900 - F: 886-6122 - <http://www.al.sp.gov.br>

<http://www.imprensaoficial.com.br>

Volume 110 • Número 107 • São Paulo, terça-feira, 6 de junho de 2000

## LEIS

### LEI Nº 10.555, DE 5 DE JUNHO DE 2000

(Projeto de lei nº 462, de 1999, do Deputado Cláury Alves da Silva - PTB)  
Institui o programa de criação de "Centros de Educação Musical no Estado de São Paulo".

#### O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Criação de Centros de Educação Musical no Estado de São Paulo, cujo objetivo será a implantação de escolas de educação musical, para promover o ensino de música vocal e instrumental nos Municípios do Estado.

Artigo 2º - Os Centros de Educação Musical deverão ser implantados através de convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura e as prefeituras municipais, utilizando-se o modelo didático e pedagógico já existente no Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campos", no Município de Taubaté, mantido pelo Estado.

Artigo 3º - Através do convênio de que trata o artigo 2º desta lei, a Secretaria de Estado da Cultura proverá recursos para possibilitar a estruturação físico-administrativa, bem como a aquisição de instrumentos musicais; partituras e equipamentos congêneres, necessários ao funcionamento dos cursos a serem ministrados.

Artigo 4º - As prefeituras interessadas em participar do programa de implantação dos Centros de Educação Musical ficarão responsáveis pela estruturação do quadro de professores a serem contratados ou músicos já pertencentes a seus quadros funcionais.

Artigo 5º - A Secretaria de Estado da Cultura deverá promover a criação de cursos de formação, especialização e permanente atualização dos professores envolvidos nos programas municipais, utilizando-se da estrutura existente na Universidade Livre de Música "Tom Jobim", que fornecerá, ainda, assessoria técnica permanente em auxílio aos Municípios.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de junho de 2000.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de junho de 2000.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

## ORDEM DO DIA

### 84ª SESSÃO ORDINÁRIA 6 DE JUNHO DE 2000

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 38, de 1997, (Autógrafo nº 23868), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria do deputado Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 1995, (Autógrafo nº 24500), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Institui o cartão magnético para veículos automotores, no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 521, de 1995, (Autógrafo nº 24254), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Dispõe sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer nº 361, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23486), vetado totalmente, de autoria do deputado Mariângela Duarte. Regulamenta o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 914, de 1995, (Autógrafo nº 24467), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Dispõe sobre a criação do Terminal do Cidadão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de Lei nº 57, de 1996, (Autógrafo nº 24586), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Obriga as transportadoras que realizam serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros a identificar os seus usuários. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial. Parecer nº 448, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 354, de 1996, (Autógrafo nº 24589), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paulo Julião. Dispõe sobre o uso das praias públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 369, de 1996, (Autógrafo nº 24468), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Flávio. Dispõe sobre o acompanhamento educacional da criança e do adolescente internados para tratamento de saúde. Parecer nº 253, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 398, de 1996, (Autógrafo nº 24489), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanásio Jazadji. Estabelece pensão mensal vitalícia às pessoas vítimas de violência e despreparo policial. Parecer nº 255, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 486, de 1996, (Autógrafo nº 24069), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer nº 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 550, de 1996, (Autógrafo nº 24505), vetado parcialmente, de

autoria do deputado Paulo Teixeira. Institui o Cadastro Estadual de Inadimplentes Sociais. Parecer nº 256, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 710, de 1998, (Autógrafo nº 23980), vetado parcialmente, de autoria da Comissão do Meio Ambiente. Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres nºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 85, de 1997, (Autógrafo nº 24368), vetado totalmente, de autoria do deputado Reynaldo de Barros Filho. Dispõe sobre as condições para contratos de limpeza do Estado com terceiros. Parecer nº 1061, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 110, de 1997, (Autógrafo nº 24484), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Cria o Programa de Crédito para Compra de Terra para construção de habitação popular. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 123, de 1997, (Autógrafo nº 24066), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer nº 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 150, de 1997, (Autógrafo nº 23765), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer nº 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 279, de 1997, (Autógrafo nº 24366), vetado totalmente, de autoria do deputado Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer nº 934, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 304, de 1997, (Autógrafo nº 24470), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Proíbe a comercialização de pneus importados seminovos ou meia-vida reconicionados ou Reformados no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 342, de 1997, (Autógrafo nº 24499), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Dispõe sobre a contratação e a prestação do trabalho externo de presos, em cumprimento de pena privativa da liberdade, sob regime semi-aberto. Parecer nº 666, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 366, de 1997, (Autógrafo nº 24486), vetado totalmente, de autoria do deputado Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de programa de atendimento a crianças e adolescentes dependentes de drogas (drogaditos). Parecer nº 660, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 424, de 1997, (Autógrafo nº 24439), vetado totalmente, de autoria do deputado Celdini Crespo. Dispõe sobre a criação de central de divulgação e informação sobre concursos públicos. Parecer nº 97, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 546, de 1997, (Autógrafo nº 24277), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Dispõe sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer nº 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2º às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3º, 4º e 5º e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 1997, (Autógrafo nº 24479), vetado totalmente, de autoria do deputado Márcio Araújo. Dispõe sobre obrigações ao fornecedor que remeter, indevidamente, o consumidor a protesto cartorário. Parecer nº 290, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 20, de 1998, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 102 emendas e 2 substitutivos. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 73, de 1998, (Autógrafo nº 24466), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Poder Executivo a cancelar, administrativamente, a Inscrição Estadual de toda e qualquer empresa que exigir a realização de teste de gravidez e apresentação de atestado de laqueadura para o acesso das mulheres ao trabalho. Parecer nº 275, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 99, de 1998, (Autógrafo nº 24506), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Institui o Programa Estadual de Saúde Auditiva. Parecer nº 232, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 521, de 1998, (Autógrafo nº 24509), vetado totalmente, de autoria do deputado Duarte Nogueira. Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 65, de 1999, (Autógrafo nº 24461), vetado totalmente, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Dispõe sobre a concessão de subvenção mensal à famílias responsáveis pela guarda de menores. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 253, de 1999, (Autógrafo nº 24574), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre acesso gratuito aos policiais civis e militares aos eventos de natureza cultural, artístico e desportivo. Parecer nº 338, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 1999, (Autógrafo nº 24559), vetado totalmente, de autoria do deputado Dorival Braga. Estabelece medidas assecuratórias vedando qualquer violação ao princípio de igualdade de direitos e obrigações entre os sexos. Parecer nº 240, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 294, de 1999, (Autógrafo nº 24547), vetado totalmente, de autoria do deputado José de Filippi. Dispõe sobre o exercício do poder de fiscalização dos deputados estaduais. Parecer nº 661, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 302, de 1999, (Autógrafo nº 24572), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera a Lei nº 3914, de 1983, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo Congênito nos hospitais e maternidades do Estado. Parecer nº 369, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 313, de 1999, (Autógrafo nº 24537), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Dispõe sobre a criação da Loteria da Segurança Pública no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

## SUMÁRIO

Leis .....	1
Ordem do Dia .....	1
Pauta .....	2
Oradores Inscritos .....	2
Expediente .....	3
Atos Administrativos .....	9
Comissões .....	9
Debates .....	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores .....	—

## TRIBUNAL DE CONTAS .....

Este caderno, com 16 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.